

México: o progressismo e a crise

Via [Jacobin América Latina](#)

Os projetos neoliberais aproveitaram as crises como oportunidades para expandir seu projeto de privatização profunda; por outro lado, os governos do progressismo na América Latina expandiram seu projeto redistributivo, aproveitando a relativa bonança econômica que lhes proporcionou estabilidade.

Mas hoje o desenvolvimento de múltiplas crises sucessivas semeia instabilidade generalizada e exacerba o conflito social para governos de todas as faixas: as rebeliões Black Live Matters nos Estados Unidos iniciaram o caminho para a derrota de Trump; na época, o governo de Dilma foi enfraquecido pelos dias de luta em outubro de 2013; a crise rapidamente desgastou a proposta de Macri na Argentina e, no Equador, outra rebelião indígena e popular conseguiu destituir de lugar o retorno do neoliberalismo nas mãos do FMI (para citar apenas alguns exemplos).

Diante do espelho destes processos da última década, ainda é difícil saber que conseqüências políticas a terrível crise que se agrava dia a dia no México terá para o governo de AMLO. Embora a economia não tenha sofrido rupturas profundas ou estruturais, a desaceleração e estagnação que temos vivido desde os últimos seis anos e que agora, por causa da pandemia, está mostrando números negativos no contexto da tendência global de queda.

Isto não impediu AMLO de desenvolver seus planos de bem-estar e promover programas sociais com a marca de seu governo. Neste sentido, sua base social popular poderia ser mantida, embora provavelmente não será capaz de se expandir. No nível das

chamadas “classes médias” há uma erosão acentuada, especialmente porque seu plano de austeridade e o reajuste de orçamentos afetou setores ligados a universidades, pesquisadores, artes, cultura e um grande número de ONGs, associações e organizações “intermediárias”.

O governo também está cada vez mais desacreditado nos setores organizados das mulheres, que já têm uma presença nacional há alguns anos. É um movimento para o qual o executivo exala desprezo, minimizando suas exigências num contexto de aumento de casos de feminicídios. O movimento feminista também começou a gerar uma linha divisória na opinião, e suas justas demandas começam a ter um eco maior em um momento de polarização.

As posições retrógradas do governo diante das exigências feministas são a origem de um descontentamento que está se expandindo e que hoje se expressa mesmo dentro do partido oficial Morena, com ameaças de demissão de vários militantes devido ao apoio expresso por AML0 a Félix Salgado Macedonio (candidato de Morena a governador de Guerrero), criminalmente acusado de ter cometido cinco estupros.

As eleições de meados de 2021 serão um primeiro termômetro do que a crise econômica implicou, mas também serão um indicador do eco das decisões do governo em termos políticos e sociais e, em particular, de até que ponto a crise sanitária, a chamada austeridade republicana, o confronto com os setores médios e esclarecidos e a afronta às mulheres podem ter um impacto eleitoral.

Novas situações e possibilidades

Em que sentido as crises condicionam os governos redistributivos? Embora tenhamos que sair do determinismo econômico que expressa que a crise econômica determina a priori o comportamento e o futuro de um projeto político no poder, também é claro que a crise orienta um panorama geral que enquadra as possibilidades de ação do Estado, embora

finalmente o caminho escolhido seja uma decisão política.

A crise abre a possibilidade da irrupção dos movimentos sociais que pode condicionar a orientação do processo, e a pressão recebida das massas mobilizadas gera uma nova estrutura de ação para os governos. O Equador é um exemplo claro: a rebelião de 2019 reconstruiu o panorama das forças políticas e impediu o plano neoliberal de Lenín Moreno em seu caminho, e hoje mais de 60% da população vota em projetos identificados com a esquerda.

No caso do México, as elites vêem nas mudanças realizadas por AMLO um processo radical de transformação do regime, quando o que está sendo proposto pouco mais são do que reajustes que, embora rompam com algumas lógicas neoliberais, visam fortalecer seu governo em meio à crise e diante das eleições de 2021.

Um governo que pretende redistribuir a riqueza tem que administrar essas múltiplas crises. Isto o leva a escolher entre três opções: a clássica solução neoliberal do endividamento pesado e um pacto com os industriais e a burguesia financeira; independência em relação a estas diretrizes, mas com o fortalecimento do Estado, sua burocracia e os mecanismos corporativos e clientelistas que podem operar; e, finalmente, um processo de envolvimento da sociedade e das classes populares que consegue mobilizar e incluir estes setores em projetos contra a crise (o que implicaria uma abertura).

O governo mexicano está se concentrando na segunda opção, reajustando ao máximo o aparato estatal para ganhar mais controle em meio a tanta turbulência. Mesmo quando isso significa continuar com o pacto de cumplicidade com o exército, com a política anti-imigrante e com o extrativismo.

Neste sentido, embora a rejeição do endividamento ao FMI e outros organismos internacionais seja um desenvolvimento

positivo, assim como a recuperação parcial do controle estatal sobre o setor energético, ambas as questões por si só são insuficientes diante da exigência de renacionalização do setor energético ou da necessidade de declarar a suspensão e renegociação da dívida pública. O mesmo se aplica à iniciativa do governo de reformar a Lei de Eletricidade. Embora pretenda fortalecer a Comissão Federal de Eletricidade diante da voracidade das empresas privadas (principalmente a Iberdrola) e seja apoiada por várias organizações de usuários e sindicatos, ela não toca o mercado de eletricidade ou reverte a contra-reforma de privatização.

Rumo às eleições

A perspectiva política para as eleições de 2021 não é muito esperançosa. Uma coalizão de direita que reúne os pequenos partidos liberais, aqueles deslocados do obradorismo e os principais partidos burgueses, o PRI e o PAN. Por sua vez, Morena tem o apoio do Partido do Trabalho (PT, um partido socioliberal), do PES (Partido do Encontro Solidário) da ultra-direita evangélica e do Partido Verde, anteriormente aliado ao PRI. As candidaturas estão sendo decididas por pactos de cima, deixando de lado um grande número de candidatos populares apoiados por suas bases locais, e priorizando alianças com os setores retrógrados destacados de outros partidos (como no caso de San Luis Potosí e Guerrero).

As possíveis candidaturas para as quais valeria a pena chamar para votar são contadas pelos dedos de uma mão e, além disso, ainda estão em disputa. Em particular, as possíveis candidaturas do movimento operário em Tamaulipas, que teve greves generalizadas em defesa de seus salários, assim como algumas candidaturas de esquerda na Cidade do México e em algumas outras regiões.

O que está em jogo neste momento? Três questões, principalmente: 1) o grau de desgaste ou legitimação do governo da AML0 nestes três anos; 2) o teste de uma nova

aliança liberal-direita e sua capacidade de atrair um eleitorado descontente através de um programa neoliberal misturado com demandas “progressistas” e conservadoras; 3) mais geralmente, a consolidação ou continuidade da crise das novas relações do sistema partidário.

É importante notar que, por enquanto, a alternativa de extrema-direita não será uma opção ou um elemento condicionante nestas eleições. Mas a crise das partes que estamos atravessando em 2018 permanece, e a flutuação social pode dar uma saída para uma proposta deste tipo no futuro. Hoje, as expressões dessa ala direita estão divididas a favor e contra Morena (representada pelo PES -Partido Encuentro Solidario- e pela FRENA -Frente Nacional Anti AMLO-, respectivamente).

A esquerda deve construir urgentemente um processo alternativo. Uma opção que não joga nas mãos da direita ou encurta a estrada. Isto não implica que os conflitos entre o atual governo e o capital financeiro e corporações sejam alheios a nós, pois esta luta é sobre o controle do Estado, das empresas estratégicas e do território. Não podemos desacreditar uma possível alternativa social ao Morena deixada pelo apoio aos processos de liberalização, privatização ou aliança com as transnacionais “verdes”.

O processo de reconstrução da esquerda anticapitalista no México dependerá de sua capacidade de compreender as contradições existentes entre a oligarquia, o governo progressista e os movimentos sociais (sindicais, indígenas e de mulheres). Mas também dependerá dos setores da esquerda da Morena – ou próximos a eles – que possam superar as limitações, erros e traições do partido no poder.